



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**MAYRLA MARLA LIMA SARMENTO**

**A ATUAÇÃO DOCENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 E A  
BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO PELA IGUALDADE**

**CAJAZEIRA PB**

**2014**

**MAYRLA MARLA LIMA SARMENTO**

**A ATUAÇÃO DOCENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 E A  
BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO PELA IGUALDADE**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores-Campus de Cajazeiras/PB, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Janete de Lima

**CAJAZEIRAS-PB  
2014**

**MAYRLA MARLA LIMA SARMENTO**

**A ATUAÇÃO DOCENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 2003  
E A BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO PELA IGUALDADE**

Monografia aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Janete de Lima  
(Orientadora)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Ioneida Ramalho Bueno  
(Examinadora)

---

Prof<sup>ª</sup> . Me. Belijane Marques Feitosa  
(Examinadora)

---

Prof<sup>ª</sup>. Risomar Alves dos Santos  
(Suplente)

**CAJAZEIRAS-PB  
2014**

Dedico este trabalho aos meus pais, **Antonio Soares Sarmiento Junho** e **Maria da Conceição Lima Sarmiento**, a meu irmão, **Marlysom Lima Sarmiento**, a estas pessoas com quem sempre pude contar incondicionalmente, pela dedicação, carinho e presença constante na minha vida. Não poderia esquecer, a minha vó **Almira Meira da Silva** pela força e apoio que me deu durante esta caminhada. A minha família pelo incentivo e apoio.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a minha fonte de sabedoria, de vida e de luz – DEUS.

Agradecer de modo geral a minha família que contribuiu de forma indireta ou indiretamente para minha formação o meu muito obrigada.

A Prof<sup>a</sup>. Doutora Piedade Lino Videira, pela gentileza, confiança e o apoio depositado no início da execução deste trabalho, pelas indicações das leituras, pela prontidão com que sempre respondeu às minhas solicitações, pelas correções sensatas e sugestões oportunas que me foram apresentadas obrigada.

Agradeço a minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria Janete de Lima, pela paciência, dedicação e aceitação em me orientar, pelas correções sensatas, tornando possível a conclusão deste trabalho.

Agradeço ao corpo docente de Pedagogia da UFCG, que ministraram as disciplinas cursadas por mim no âmbito da minha formação. A todos os Professores em especial a Professora Dra. Zildene Pereira, Professora Dra. Risomar dos Santos, Professor Dr. Wiama de Jesus Feias Lopes, Professora Mestre Valeria Borba, Professora Mestre Belijane Marques Feitosa, Professora Mestre Edinaura Almeida, Professor Dr. Dorgival Fernandes, Professora Dra. Gerlaine Belchior, Professora Ioneida Ramalho, que de alguma maneira contribuíram para minha formação acadêmica como também para minha vida enquanto pessoa e profissional.

Agradeço a banca examinadora do meu trabalho, por participar e assim contribuir com o enriquecimento desse trabalho.

Os meus agradecimentos também aos funcionários da UFCG, principalmente a Leninha e Geane pela paciência e dedicação.

Aos professores e diretores da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Cajazeiras - PB, que gentilmente me receberam na escola, viabilizando o acesso as informações de que precisava para desenvolver algumas questões importantes desta pesquisa.

Agradeço ainda as minhas amigas da graduação que nos momentos de aflição e compreensão durante esta longa trajetória na qual rimos, choramos, aprendemos e ensinamos umas as outras. Em especial a Natália Maria, pelo companheirismo e pela amizade verdadeira. As amigas, Valquíria, Gilsivania, Luana Maciel, Thaís Oliveira, Ana Maria, Kamilla, Nyedia, Maria José e Alzenira, pela

trajetória durante esses quatro anos e meio de estudos que se tornaram inesquecíveis.

A todas as novas amigas gostaria de agradecer, mesmo sem citar nomes, pelo carinho e pelas palavras de incentivo. Agradeço em especial, com grande carinho as duas grandes amigas Virginia Sarmento, Tatiana Soares pela força e presença.

Agradeço imensamente as minhas amigas Adriana Ferreira, Marcela Lopes, Tamires Ramos, Francisca Soares, Franciclebia Ferreira, Maria Thaízer Ramos, Vanessa Teixeira, pela “paciência” que tiveram comigo e pelas vezes que me ajudaram nos momentos de aflição, bem como nas horas felizes. Enfim pelo convívio harmonioso em Cajazeiras - PB.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

Nelson Mandela

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como título: A atuação docente para implementação da lei nº 10.639/03 e a busca de uma educação pela igualdade e teve como objetivo geral: Analisar a atuação das educadoras na Implementação da Lei 10.639/2003 na Educação Infantil na cidade de Cajazeiras - PB. O trabalho em questão trata-se de uma pesquisa qualitativa, através da qual será compreendida e interpretada uma realidade, levando em consideração as práticas e as concepções das professoras a respeito do tema abordado. Para coleta dos dados utilizamos a observação e questionário. As pesquisadas foram duas professoras da Educação Infantil de Pré I e II e o lócus da pesquisa deu-se em uma escola Municipal da cidade de Cajazeiras - PB. O trabalho teve como fundamentação teórica autores como: Gomes (2005), Cavalleiro (2007), LDB (1996), Pimenta (2004), Constituição Federal (1988), entre outros. Trabalho este que está dividido em dois capítulos: no primeiro fizemos um estudo sobre a Lei nº 10.639/03 e uma breve contextualização sobre a referida Lei, mostrando como a mesma é vista pelas educadoras depois de sua efetivação e como está sendo discutidas as relações étnico-raciais dentro do espaço escolar. No segundo capítulo estão os procedimentos metodológicos e análise dos dados, em que fizemos análises das concepções que as professoras têm acerca da implementação da Lei 10.639/03 para o processo de ensino e aprendizagem dos educandos, bem como, a prática dessas educadoras, nas suas salas de aula, ao utilizarem como atividade a produção e a explicação de textos que trate esta temática com as crianças. Constatamos que o trabalho sobre as questões raciais, embora importantes, não é por sua vez suficiente, pois devemos compreendê-los como fruto de uma produção que sofreu influência ao longo da história e que vem enfrentando dificuldades na busca do reconhecimento e efetivação da Lei Nº 10.639/03.

**Palavras-chave:** Lei Nº 10.639/2003. Educadores. Étnico-racial. Educação Infantil.

## ABSTRACT

This work of research is titled: The teacher performance for implementation of Law nº 10.639/03 and the search of an education for equality and had as general objective: Analyze the performance of educators in the Implementation of Law 10.639 / 2003 in Childhood Education in the town of Cajazeiras - PB. The work in question it is a qualitative research, through which will be understood and interpreted a reality, taking into consideration the practices and conceptions of teachers about the theme addressed. For data collection we used the observation and questionnaire. The researchers were two teachers of Childhood Education of Pre I and II and the locus of research took place in a Municipal school in Cajazeiras - PB. The work was theoretical foundation authors as: Gomes (2005), Cavalleiro (2007), LDB (1996), Pimenta (2004), Federal Constitution (1988), among others. Work that is divided into two chapters: in the first we did a study about Law nº 10.639/03 and a brief contextualization of this law, showing how it is seen by educators after its effectuation and how it is being discussed the ethno-racial relations within of the school space. In the second chapter are the methodological procedures and analysis of the data, in which we analyzed the conceptions that the teachers have about the implementation of Law 10.639/03 for the teaching and learning process of students, as well as the practice of these educators in their classrooms, to the utilize on activity and production and the explanation of texts that treat this thematic with the children. We note that the work about racial issues, while important, is not turn enough, because we must understand them as the result of a production that was influenced throughout history and have been facing difficulties in the seeking recognition and effectuation of Law Nº 10.639/03.

**Key-words:** Law Nº 10.639/2003. Educators. Ethno-racial. Childhood Education.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
<b>1 UM ESTUDO SOBRE A LEI N º 10.639/03 E A PRÁTICA DOS EDUCADORES</b> .....	<b>14</b>
1.1 A Lei Nº 10.639/2003: um estudo contextualizado.....	14
1.2 A Necessidade da Lei Nº 10.639/2003 na educação.....	17
1.3 Discutindo estudando racismo.....	21
1.4 Definindo o preconceito e a discriminação.....	22
1.5 A Formação Continuada do Docente e a Educação Ético Racial.....	24
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANALISES DOS DADOS</b> .....	<b>27</b>
2.1 Metodologias da Pesquisa: Abordagem Qualitativa.....	27
2.2 O lócus da Pesquisa.....	28
2.3 Os instrumentos de coleta de dados .....	28
2.4 Os sujeitos da pesquisa .....	30
2.5 Recontando os dados da pesquisa a luz da teoria.....	31
2.5.1 A fala das educadoras e a Lei 10.639/03.....	31
2.5.2 A efetivação da prática do educador e a Lei 10.639/03.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXO.....	46
APÊNDICES.....	47

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se constitui num estudo acerca da implementação da Lei Nº 10.639/03 e a busca de uma educação pela igualdade na Educação Infantil, tendo como propósito analisar a atuação das educadoras frente às dificuldades para por em prática as indicações da referida Lei de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, tornando obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Africana na Educação Básica brasileira.

Buscamos apreender algumas características das professoras com relação às fontes utilizadas por elas ao ensinar as questões étnico-raciais, bem como perceber os fatores que implicam no comportamento das mesmas. Para discutir as questões étnico-racial nos baseamos em documentos e contribuições teóricas de estudiosos, e pesquisadores que tratam da temática que envolve a implementação da Lei 10.639/03 e as relações étnico-raciais na Educação Básica, dentre eles: Gomes (2005), Cavalleiro (2007), Pimenta (2004), Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Base da Educação LDB, (1996), que contribuíram no processo de reflexão acerca da efetivação da Lei 10.639/03.

Neste sentido, acreditamos que grande parte das atitudes racistas e preconceituosas entre as pessoas é resultado do desconhecimento sobre esta temática, pelo fato de não compreenderem e não respeitarem, por isso a necessidade de se trabalhar com esta problemática para entender a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no processo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa foi desenvolvida na Educação Básica, com a finalidade de compreender de que forma os professores estão trabalhando a Lei na Educação Infantil em uma Escola do Município da Cidade de Cajazeiras – PB. Os sujeitos da pesquisa foram duas professoras que lecionam na referida escola.

Nossa problemática foi saber quais são as dificuldades enfrentadas pelos docentes na sua prática pedagógica e a implementação da lei 10.639/2003? Diante destes questionamentos, podemos levantar as seguintes hipóteses: ocorre devido ao desconhecimento dos educadores em relação à lei 10.639/2003; ou pela insuficiência de projetos pedagógicos relacionados à Lei citada.

O interesse particular por esse estudo decorre dentre outras coisas, da realização do Estágio Supervisionado, na Educação Infantil na qual pude perceber

atos de discriminação entre as crianças na realização de atividades, brincadeiras entre outras.

Discorrendo sobre a temática da discriminação racial e do preconceito, esta temática ainda não está suficientemente bem explicitada nos currículos escolares, isso se torna relevante, pois é necessário conscientizar os estudantes, sobre o conhecimento a aprendizagem, a respeitar das diferenças para que futuramente possam estabelecer suas próprias formas de se posicionar de maneira receptiva com um modelo de sociedade possível de se conviver e respeitando as diferenças.

Para a efetivação desta pesquisa foi utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário e a observação, objetivando analisar o conhecimento das educadoras sobre as relações étnico-racial, bem como a sua importância para o processo de ensino-aprendizagem da criança.

A pesquisa teve como objetivo Geral:

- Analisar a atuação das educadoras na Implementação da Lei 10.639/2003 na Educação Infantil na cidade de Cajazeiras - PB.

Específicos:

- Investigar a formação continuada das educadoras sobre a temática étnico-racial;
- Verificar como os conteúdos étnico-raciais estão sendo trabalhados com as crianças;
- Identificar as dificuldades enfrentadas e estratégias adotadas pelas docentes para trabalhar com a Lei 10.639/2003 na Educação Infantil;
- Observar as metodologias utilizadas em sala de aula pelas educadoras para trabalhar os conteúdos referentes a lei 10.639/2003.

A monografia se compõe de dois capítulos: no primeiro capítulo, fazemos uma breve contextualização sobre o estudo da Lei 10.639/2003, e a atuação dos educadores na implementação da mesma. O segundo capítulo trata da metodologia, explicitando os métodos utilizados na pesquisa, a coleta de dados os sujeitos. Em seguida fez-se a análise dos dados recolhidos através dos questionários. E por fim encaminhamos as considerações finais.

Esse estudo foi de grande relevância para a nossa formação acadêmica durante as participações em eventos científicos o que proporcionou o desejo de

aprofundar a leitura sobre o tema. Além disso, se constituiu em contribuição na construção de saberes para uma sociedade que valoriza o comprometimento profissional, cidadania e o respeito às diferenças.

## **CAPITULO I - UM ESTUDO SOBRE A LEI N ° 10.639/03 E A PRÁTICA DOS EDUCADORES**

### **1.1 A Lei N ° 10.639/03: um estudo contextualizado**

Nos dias atuais são abrangentes as discussões acerca das relações étnico-raciais, pelo reconhecimento das diversas etnias e culturas que fazem parte do Brasil. Por isso, é importante enfatizar as relações étnico-raciais na Educação, no contexto escolar, em uma tentativa de mostrar apenas a igualdade como um direito de todos, o reconhecimento da identidade de cada cidadão e o respeito à diversidade.

Considerando que “a identidade não se prende apenas ao nível da cultura. Ela envolve, também, os níveis sócio-políticos e históricos em cada sociedade. Assim, a identidade vista de uma forma mais ampla e genética é invocada”. (BRASIL, 2005, p.41) Portanto vemos a necessidade e a importância de trabalhar o valor da identidade na escola e o seu papel fundamental na desconstrução do preconceito e do racismo entre os educandos, a fim de proporcionar-lhe os educandos a conhecer as diferenças raciais existentes no País.

Neste Sentido, a implementação da Lei de nº 10.639/03 estabelecendo a obrigatoriedade o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que vem discutir a importância da diversidade racial no processo de formação do educando da Educação Básica. A proposta visa desenvolver uma educação pautada na coletividade e exige a adequação de conteúdos, isto é, que os mesmos sejam adequados e propostos pelo currículo de forma que o professor possa trabalhar com as diversas culturas, bem como com as relações étnico-raciais. Tendo em vista, que o educando possa conhecer outros valores, passando a respeitar as diferenças, por meio de um trabalho coletivo no qual todos participem através da troca de informações e conhecimentos, interagindo assim para uma aprendizagem satisfatória.

De modo que o professor como mediador de conhecimentos precisa estar apto para trabalhar com a diversidade, pois apesar das evoluções que ocorreram na sociedade, ainda encontram-se preconceitos e discriminação em relação aos afro-brasileiros. Um exemplo desses seria o livro didático, que ainda traz conceitos

extremamente vagos com relação à história afro brasileira, ou representações falsas, isto é, uma visão do negro sem valor, sem cultura, escravo, dentre outros estereótipos. Por isso é necessário que se desenvolvam políticas educacionais voltadas para desconstrução do preconceito racial, social e cultural, tanto no âmbito escolar como em toda sociedade, a fim de se desenvolver uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Discorreremos sobre as questões étnico-raciais que envolvem não somente falar sobre a História da África, visão está que se têm muitas vezes nas escolas e nos documentos didáticos, onde o negro é representado apenas como o escravo, não mostrando suas riquezas e culturas que poderiam ser conhecidas e trabalhadas. Daí a seriedade de se trabalhar com a temática da diversidade racial nas escolas, pois será a partir dessa contextualização que a discriminação racial e o preconceito, poderão ser melhor trabalhados entre as pessoas.

Investigar como está sendo trabalhado com os alunos a História e Cultura Afro- Brasileira, e como o currículo da escola e os livros trazem esses conteúdos são questões que devem ser introduzidas com bastante reflexão e estudos, pois estas constituem indagações que irão desenvolver o conhecimento tanto para o professor quanto para o educando. Aliado a isso, pode-se ressaltar a questão da Lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, como previsto na Lei

[...] altera a LDB nº 9.394/96 pela nº Lei 10.639/03 e sua formas de regulamentação propõe transformar a inclusão da educação das relações étnico-raciais e da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares em política pública de educação [...]. (MARIA, 2005, p.21)

Considerando a necessidade e a importância da implementação da Lei Nº 10.639/03 para ser trabalhada em todo o Ensino Básico partindo da Educação Infantil como afirma Cavalleiro (2007, p.12)

Não há como negar que o preconceito e a discriminação racial constituem um problema de grande monta para a criança negra, visto que essa sofre direta e cotidianamente maus tratos, agressões e injustiças, os quais afetam a sua infância e compromete todo o seu desenvolvimento intelectual.

Diante da implementação Lei Nº 10.639/03 torna-se necessário a participação da escola para construção do novo ensino juntamente com os professores que vão introduzir a adequação nos currículos, proporcionando aos alunos uma melhor compreensão do que seja diversidade. “Portanto, nós educadores (as) brasileiros (as), necessitamos realizar no interior das escolas a discussão acerca das relações raciais no Brasil, bem como da diversidade racial”. (BRASIL, 2005, p.14)

Com base na Lei que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira é necessário que o educador repense as relações étnico- raciais na tentativa de modificar seu pensamento a fim de possibilitar uma visão crítica e reflexiva, para que o seu possa ter diferentes olhares diante das diversas situações de desigualdade racial que encontramos diariamente.

É necessário que o professor seja um pesquisador, que reflita sobre sua prática em busca de novos conhecimentos, interagindo com outros professores para que possa haver uma troca de idéias, pois é neste sentido que surgem os mais variados conhecimentos. De acordo com Silva, (2009) apud (GOMES, 2010, p.41)

[...] de fato existam empecilhos concretos para sua efetivação, a exemplo de trabalhos educativos realizados de forma equivocada, por falta de formação de alguns profissionais e da qualidade de livros e materiais didáticos de baixa qualidade que tem se apresentado como subsídios para a implementação da Lei 10.639/03, as orientações estão disponíveis, as condições estão dadas e os parceiros disponíveis a contribuir [...]

Nessa perspectiva os educadores têm que rever suas práticas tanto em sala de aula como fora dela, pois é preciso que os mesmos estejam sempre atentos as inovações, dentro e fora do contexto escolar, para que as futuras gerações saiam da escola com informações que possam possibilitar reflexões acerca do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, e assim respeitem as diferentes culturas existentes na sociedade.

Diante dessas reflexões acerca do estudo sobre a diversidade étnico-racial e a implantação da Lei 10.639/03 fica claro que há um grande desafio em ampliar as discussões sobre essa temática, a fim de inserir as questões étnico-racial nos ambientes escolares.

## **1.2 A Necessidade da Lei Nº 10.639/03 na Educação**

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos, tem como intuito educar a sociedade com um estudo sistematizado, que venha a proporcionar um ensino democrático visando o crescimento cognitivo dos educandos estimulando os mesmos a ter um olhar voltado aos valores e hábitos destes, passando a respeitar as diferenças que permeiam os espaços escolares. Neste sentido, estimulando a formação de valores e hábitos, a educação se concretiza como um processo de formação do sujeito, podendo ampliar os caminhos para uma cidadania mais democrática.

Partindo do princípio de que a educação é um direito de todos surge a necessidade de criação das políticas públicas que venham proporcionar uma educação em que todas as pessoas tenham direito de forma igualitária, como estabelece o Grupo de trabalho Interministerial, (2008), o qual considera a Lei nº 10.639/03, como um ponto de chegada de uma luta histórica da população afro-brasileira para se ver retratada com o mesmo direito das outras etnias, este é o ponto de partida para uma mudança social.

A Lei de nº10.639/2003 vem discutir as contribuições que os africanos deram a sociedade Brasileira, partindo de suas culturas e valores, tem como finalidade desmistificar a imagem do negro, que até hoje permeia na sociedade uma imagem negativa. Nessa perspectiva é de suma importância que a discriminação racial seja trabalhada de forma a interromper ou amenizar estas questões de discriminação principalmente nos ambientes escolares.

Contudo, cabe a escola dar suporte e oportunidade para que todos passem a conhecer a cultura africana e entender que ela faz parte da cultura Brasileira. Uma vez que, a situação educacional da população negra está refletida em diversos indicadores que apontam com nitidez a contradição entre o discurso de que vivemos em uma democracia racial e uma realidade perversa marcada por diferenças desfavoráveis aos estudantes negros quando comparados aos estudantes brancos (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, as relações étnico-raciais quando enfatizadas na educação, proporcionam uma troca de experiência e ideias entre brancos e negros, fazendo com que haja uma aproximação entre ambos. Visto que para amenizar o preconceito

racial existente, devemos centrar essa responsabilidade também na sociedade como contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania mais justa e igualitária.

Assim diante de tais reflexões fica claro que a escola tem um papel fundamental em relação à desconstrução ao preconceito racial e cultural dos educandos, de forma a proporcionar as crianças a conhecerem as diversas culturas contidas no país e nos contextos escolares. A fim de construir uma cidadania digna como também uma sociedade justa e igualitária na qual todos se respeitem. A Lei 10.639/03, prevê:

Art.26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, público e privado, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§1º- O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica, política, pertinente á história do Brasil.

§2º- Os conteúdos referentes á história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) contemplam a diversidade cultural, que está aliada à sexualidade, saúde e meio ambiente, propondo contribuir com os temas em vários conteúdos, na medida em que possa reconhecer a importância e aceitar o tema da pluralidade cultural. Nesse sentido vemos uma abordagem sobre a pluralidade cultural

[...] trata dessas questões, enfatizando as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira, oferecendo informações que contribuam para afirmação de novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão.

A escola deveria incluir no currículo temáticas que abordem a pluralidade cultural, tratando da diversidade com intuito de abolir as práticas preconceituosas podendo contribuir para a construção de uma sociedade onde as diferenças sejam

respeitadas e que todos tenham os mesmos direitos e deveres, visto que a escola muitas vezes silencia mediante as situações que fazem seus alunos alvo de discriminação, transformando-se em um espaço de consolidação de estigmas. Sendo que, a escola é um espaço privilegiado para a eliminação de todos os tipos de discriminação e racismo, por ser um espaço no qual convivem pessoas de diferentes culturas e religiões.

A escola deve educar para uma educação antirracista, ou seja, educar para as relações étnico-raciais, como afirma os autores Costa e Santos, (2013, p.2) quando diz que:

A educação das relações étnico-raciais tem por objetivo divulgar e produzir conhecimento, atitudes, posturas e valores que enfatizem a pluralidade étnico-racial, capacitando as crianças para interagir no sentido de respeitar as diferenças e valorizar as identidades, fica claro que todos os esforços devem ser feitos para viabilizar uma educação que de fato seja um marco no tratamento das questões da infância e das diversas variáveis étnico-raciais.

Como sabemos a educação como sendo um espaço de socialização e conhecimento, a mesma vem exigindo mudanças principalmente na postura da escola diante das relações étnico raciais, visto que, a educação ainda deixa muito a desejar mediante a complexidade da realidade brasileira de forma que o racismo se expressa ainda nas escolas.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, (2004, P.16)

Mais um equívoco a superar é a crença de que a discussão sobre a questões raciais se limita ao movimento negro e a estudiosos do tema e não á escola. A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crenças religiosa ou posição política.

No Artigo 5º parágrafo XLII da Constituição Federal de 1988, enfatiza que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito á pena de reclusão, nos termos da lei”.

Sendo que, a escola deve tomar cuidado na hora de realizar as atividades pedagógicas, pois não tem como introduzir uma discussão acerca da temática sobre as questões raciais sem contextualização, sendo que, a escola para trabalhar as relações étnico racial limita-se apenas as datas comemorativas como por exemplo o dia da Consciência Negra comemorado em 20 de Novembro, promovendo palestras, danças, mostrando algumas comidas típicas, de que adianta se antes não houve uma discussão, uma reflexão de forma contextualizada acerca do temática. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2004, p.20)

[...] a educação das relações étnicos raciais tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileira, garantia de seus direitos de cidadão, reconhecendo e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas,européia,asiática.

Com base nas Diretrizes Curriculares mais do que resgatar a valorização do povo negro, a Lei 10.639/03 propõe um debate importante acerca das contribuições dos negros para sociedade brasileira. Mas para este resgate acontecer e necessário investir na formação inicial e continuada dos professores, pois estas questões devem ser tratadas com seriedade e os professores devem ser capacitados para administrar e trabalhar com a diversidade, pois não tem como trabalhar a cultura afro-brasileira em sala de aula sem ter um conhecimento sobre a história do povo Africano.

No entanto, no Brasil ainda existem direitos que não são respeitados por conta do racismo, como exemplo o direito a escola, pois quando se trata de um aluno negro este direito fica restrito. Percebe se que as oportunidades que o branco tem de se desenvolver socialmente, pessoalmente, economicamente não são as mesmas. O que demonstra um tratamento diferente para as pessoas negras.

O professor como mediador do conhecimento deve mostrar que respeita as diferenças durante a prática docente com a oralidade, com o contado direto com os alunos. O professor tem que promover uma educação antirracista, que deve está pautada na igualdade, no respeito com outro, na solidariedade para que só assim

possamos ter professores conscientes em sala de aula, favorecendo a construção de uma sociedade mais justa podendo ser capaz de respeitar as diferenças.

Quando se fala das relações étnico-raciais, é necessário que se conheça sobre a História da África e dos Africanos partindo desta concepção e da importância de conhecer as questões que a Lei nº 10.639/03 traz a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Currículo da Educação Básica e se fundamenta nos princípios da consciência política, no fortalecimento de identidades e de direitos e ações educativas e de combate ao racismo e as discriminações.

Para a implantação da Lei Nº 10.639/03 é fundamental a participação da escola na construção de novas práticas de ensino em que juntamente todos professores possam trabalhar de forma que os alunos apreendam e compreendam o sentido sobre a diferença e a partir de então, surja um novo olhar sobre a escola e a sociedade.

Nesse sentido, é preciso que a comunidade escolar exerça um trabalho coletivo e interativo com a intenção de formar cidadãos. É essencial que os alunos obtenham o contínuo conhecimento sobre conteúdos e informações que abordem temas relacionados as questões étnico-raciais necessárias para a significativa formação cidadã garantindo assim a possibilidade de ser um cidadão crítico, reflexivo e questionador, para que possa desconstruir qualquer tipo de estereótipo.

### **1.3 Discutindo e estudando o racismo**

A discussão sobre relações raciais no Brasil é permeada por uma diversidade de termos e conceitos. A concepção que temos sobre racismo é extremamente complexa, pois exige de nós uma postura e um olhar mais cuidadoso quando trata-se de questões raciais.

O racismo se manifesta por julgamento de raça, cor ou cultura, restringindo a participação dos negros nas escolas de tal modo que é importante que os professores tenham práticas anti preconceituosas e anti discriminatórias podendo assim abolir ou amenizar essas questões contra pessoas negras, passando a respeitá-las não só no ambiente escolar, mas na sociedade. De acordo com os autores Edson, Alberto, Jacques, apud Gomes, (2005) afirmam:

O racismo é um comportamento social que está presente na história da humanidade e que se expressa de várias formas, em diferentes contextos e sociedades. Segundo eles o racismo se expressa de duas formas a individual e a institucional.

A individual pode se manifestar através de atos discriminatórios julgando o outro que provavelmente seja negro com atos de violências ou até mesmo agressões, deixando-os na posição de inferioridade.

Já o institucional se manifesta através do isolamento dos negros em participar de determinadas instituições como a escola, como também se manifestam nos livros didáticos, na própria mídia com as novelas entre outros, pois o conceito que temos hoje sobre os negros de nosso Brasil é uma representação deturpada quando na verdade eles são a essência da história positiva do povo brasileiro.

Na busca de romper com as concepções e posturas racistas, preconceituosas e excludentes as quais têm deixado uma grande parte do povo afro-descendente imobilizados do progresso social, é certamente necessário ter uma sociedade mais justa, igualitária, onde o respeito mútuo possa favorecer a todas e todos independente da classe social, gênero, religião e raça. Nesse contexto, os educadores tem um grande papel a desempenhar tendo em vista que são esses profissionais os responsáveis pelas ações desenvolvidas na escola.

Sabemos que desenvolver um trabalho que possa trazer a inclusão da temática negra para o currículo escolar oportunizando às crianças e jovens repensar a história, com base numa perspectiva de todos se conhecerem, se sentirem aceitos e valorizados, tanto no ambiente escolar como na sociedade é certamente contribuir para que as ideias eurocêntricas deixem de fazer se presente no comportamento e pensamento de muitas crianças e jovens.

#### **1.4 Definindo o preconceito e a discriminação**

Tendo em vista a importância das relações étnico-raciais no ambiente escolar podendo assim perceber alguns conflitos que acontecem na relação de interação entre as crianças que atuam nesse ambiente, as quais são advindas de um determinado contexto social e cultural diferente.

Em torno dessa relação pode-se perceber o preconceito e a discriminação como um dos fatores que se faz presente no cotidiano escolar. Refletindo sobre estes fatores pode-se compreender que é resultado de um passado histórico do qual infelizmente ainda não nos livramos.

Passado este, marcado por uma escravidão cruel que atingiu severamente a população negra e que é em nome desta população que penso e repenso os meus estudos e através das minhas pesquisas contribuir para reflexões urgentes no que diz respeito ao campo educacional/cultural/social sobre as questões raciais. Pois estes setores ainda têm tratado de forma muito limitada, quando não silenciado diante das discussões que contemplem a temática racial, contribuindo para que as atitudes racistas perpassem perante a sociedade.

É importante que se discuta os conceitos sobre o preconceito racial desde a Educação Infantil e nas séries iniciais quando as crianças passam a manter as primeiras relações interpessoais e conviver socialmente, para que as mesmas possam compreender ainda na infância o que levou a população negra ter sua cultura e história de vida ocultada e diante dessas possíveis reflexões, desconstruir a imagem negativa dos afros descendentes, bem como os preconceitos do meio social que predominam ainda nas escolas.

Segundo Gomes, (2005, p.54) “o preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo”. Sendo que a criança não nasce com preconceito, o preconceito e como atitude não é inato, e sim aprendido socialmente, ou seja, nenhuma criança nasce preconceituosa.

De acordo com Gomes (2005, p.54-55) afirma que:

A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos Julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de prática que os efetivam.

A discriminação racial pode ser direta como indireta, a direta são atos de discriminação na qual a pessoa é excluída em razão de sua cor, já a discriminação indireta é aquela que redundam em uma desigualdade não originária de atos

concretos ou de manifestação expressa de discriminação por parte de quem quer que seja. (GOMES, 2005, p.56)

Assim, tratando dos conceitos de discriminação e preconceitos pode-se dizer que essas situações que ocorrem nas instituições de ensino são bastante frequentes, de modo que o preconceito e a discriminação é presente ainda na sociedade brasileira, principalmente no âmbito escolar, se manifestando de forma dissimulada, perverso, por meio de gestos, atitudes e de muitas outras formas. Esta é uma prática que vem se desenvolvendo na sociedade e são poucas as pessoas que repreendem umas as outras pela sua ação preconceituosa.

Entretanto os casos de preconceito e discriminação racial estão constantemente acontecendo tanto dentro das escolas como na sociedade. E o mais preocupante é o silêncio que continua no ambiente educacional pela maioria dos profissionais. Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, vem dar sua imensa contribuição resgatando valores civilizatórios e históricos da população negra no país.

### **1.5 A Formação Continuada do Docente e a Educação Étnico-Racial**

A Lei 10.639/2003 vem discutir a formação que o professor deve ter com relação às questões raciais desta forma [...] “professores qualificados para o ensino das diferenças áreas de conhecimento; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminação, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais”. (2004) de modo a desenvolver uma educação voltada para as relações étnico-raciais.

A educação constitui um dos princípios ativos e mecanismo de transformação de um povo, capaz de estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos de forma que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos ou minorias. Sendo assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer indivíduo podendo abrir caminhos para a ampliação de uma cidadania.

Para que os professores possam lidar com a temática das relações raciais com maior conhecimento é necessário que os mesmos passem por uma formação continuada segundo Fernandes, (2008, p. 17) ao afirmar que

[...] é necessário que o professor vivencie uma formação inicial que o habilite em duas direções: a fazer o trabalho pedagógico de modo competente e a aprender a partir do seu fazer, ou seja, produzir saberes a partir da sua prática educativa e para a reformulação dessa prática, tendo por base a apreensão de conhecimento científico que favoreça uma salutar relação entre teoria e prática.

Assim podemos constatar a importância de uma formação continuada para o professor que está saindo de uma graduação, visto que não estudamos tudo com uma formação mais ampla, diversificada, concisa e exigente, podemos adentrar nos mais diversos ramos do conhecimento, capacitando para articular teoria e prática na sua ação educativa. Nesta perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica segundo os autores na resolução de 18 de Fevereiro de 2002, no § 3º do artigo 6º (2007, p.20)

[...] deverá propiciar debates atuais sobre questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência. Para tanto, os cursos de formação deverão contemplar a cultura geral e profissional; conhecimento sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, pessoas com necessidades especiais e grupos étnicos; conhecimento específico da área de formação; sobre a dimensão cultural, social, política e econômica da educação; conhecimento pedagógico e o da experiência do formado.

A formação continuada para o professor é importante por ter uma relação com os diversos campos do saber, que envolve os valores culturais da sociedade e dos grupos sociais produtores de conhecimento; saberes que estão vinculados aos conteúdos e métodos que os professores usam no desenvolvimento de sua disciplina; na prática cotidiana.

Neste sentido, os Parâmetros Curriculares pretendem atuar no sentido de dar um entendimento adequado às escolas e aos professores. Segundo os PCNs (BRASIL, 1997, p.105):

[...] orientaram a elaboração e adaptação dos currículos das escolas brasileiras, no intuito de melhorar a qualidade de ensino em todo o país. Refere-se, em especial, à elaboração de um projeto político-pedagógico, elaborada por consultores, com propósitos de re-definição e re-direcionamento de ação política, tais como: projetos de formação continuada de professores.

Quando se fala em educação e formação vê-se um espaço de desenvolvimento de indivíduos. Falar em educação é acreditar que o pleno desenvolvimento de uma criança é efetivo quando ela passa por um processo de escolarização. E para isto é necessário projetos de formação para que os professores responsáveis por este processo tenham uma formação complementar na qual possam produzir conhecimentos, facilitando assim a aprendizagem das crianças sobre os temas transversais e principalmente sobre a pluralidade cultural na perspectiva da educação das relações raciais, visto que, a escola é um espaço educativo e fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo, principalmente nos anos iniciais de sua vida. De modo que esta discussão como relação às questões raciais como parte integrada ao currículo, tanto nos cursos de licenciatura para Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e Médio, deve estar pautada num processo de formação continuada de professores.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANALISE DOS DADOS

### 2.1 Metodologia da Pesquisa: Abordagem Qualitativa

A pesquisa nos ajuda enquanto sujeito da história a conhecer ou reconhecer determinada realidade na maioria das vezes esquecida e a partir desta anunciarmos a novidade e nos apropriarmos de novos conhecimentos dos quais muitas vezes transformam o pesquisador/pesquisado.

A metodologia abordada é um caminho, uma explicação detalhada do trabalho de pesquisa a ser desenvolvido, explicitando os métodos utilizados na pesquisa. A metodologia para a realização deste trabalho é de abordagem qualitativa. Para tanto Oliveira, (2008, p.37) afirma que: “[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudos em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”

A metodologia é, portanto, “um processo que engloba um conjunto de métodos e técnicas para ensinar, analisar, conhecer a realidade e produzir novos conhecimentos”. Oliveira, (2008, p.43). Desta forma a metodologia é um estudo mais aprofundado, do objeto que esta sendo estudando. Mais uma vez Oliveira (2008, p.58) diz “esse procedimento exige uma escolha criteriosa e sistemática para se fazer a descrição, explicação e análise de fatos e fenômenos”.

Este procedimento permite a observação de práticas do cotidiano escolar, onde podem ser usados instrumentos como: questionários, documentos, observações entre outros. Segundo Oliveira, (2008, p.59),

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento.

A pesquisa visa facilitar o tratamento das informações uma vez que proporcione o aprofundamento da leitura sobre os dados coletados. Facilitando assim a interpretação da realidade pesquisada.

## **2.2 O locus da Pesquisa**

A realização da pesquisa deu-se numa escola da rede municipal da cidade de Cajazeiras – PB. O público atendido é de classe baixa e média, a mesma atende a partir da Educação Infantil até o Ensino Fundamental. O número de alunos da escola é em torno de 451 alunos, sendo esses atendidos a partir dos 04 anos de idade. A escola funciona em um espaço amplo com uma área de recreação sem cobertura, onde os alunos podem brincar com espirobol, tênis de mesa e diversas outras atividades.

O quadro de funcionários da instituição está dividido da seguinte forma: o corpo docente é constituído de 12 professores. Já o corpo Técnico e administrativo está dividido em 02 Vigilantes noturnos, 02 Agentes Administrativos, 01 Disciplinadora, 04 Auxiliares de serviços gerais, 02 Merendeiras, uma Coordenadora Pedagógica, uma gestora e uma vice-gestora, quadro este que forma a estrutura administrativa da escola, na estrutura administrativa da Escola, o gestor é escolhido por meio de indicação política do municipal.

A estrutura pedagógica da escola, dar-se por meio de planejamento das ações pedagógicas, acontece por meio de 01 planejamento, quinzenalmente entre direção, coordenação e docentes, entretanto não há nesse planejamento uma discussão que contemple as questões étnico-racial, nem tão pouco outras questões que contemplem a desenvolver, projetos, palestras que tenha outras iniciativas que aborde essa temática.

## **2.3 Os instrumentos de coleta de dados**

Entre os instrumentos utilizados para a coleta de dados usamos a observação sistemática que segundo Oliveira (2008, p.79) “consiste na coleta de dados e registro de eventos observado que foram previamente definidos”. Neste caso o pesquisador deve elaborar um registro de observação para acompanhar as ações e reações dos participantes no ato da pesquisa. Oliveira, (2008, p. 80) registra que a observação pode ser realizada exatamente no momento em

que ocorre o ato ou através de critérios preestabelecidos relativos ao tempo e à frequência, e as anotações devem ser precisas. Dessa forma, é possível observar os atos em seu contexto e circunstâncias em que se verificam as atitudes e reações.

A observação deve ser orientada com base no objetivo da pesquisa, planejada, registrada. Utilizamos ainda questionários específicos para ajudar na complementação da pesquisa. Como afirma Oliveira, (2008, p.83)

o questionário pode ser definido como uma técnica para obtenção de informação sobre sentimentos, crenças, expectativas, situação vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador (a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo.

E através destes instrumentos que permitirá uma aproximação entre a pesquisadora e as pesquisadas obtendo desta forma o acesso a descrições mais detalhadas sobre a temática, facilitando assim o desenvolvimento do trabalho.

A pesquisa estruturada é uma ponte que liga o pesquisador/pesquisado e faz com que estes se relacionem na construção de novos conhecimentos e aprendam um com o outro. É através do questionário enquanto procedimento de coleta que o pesquisador consegue a obtenção de dados e abrange o objeto de estudo.

É necessário que esse processo venha seguido de sensibilidade e de ações concretas que possibilitem uma intervenção na realidade na perspectiva de transformá-la. Daí, a importância da pesquisa no ensino tal como colocado por Paulo Freire (1996, p.29):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Diante desse contexto, acreditamos e consideramos que a pesquisa contribuirá para o docente enquanto sujeito e profissional da Educação Infantil a conhecer ou reconhecer determinada realidade na maioria das vezes são esquecidas.

## 2.4 Os sujeitos da pesquisa

Participaram desta pesquisa duas professoras nos níveis I e II da Educação Infantil. As educadoras tem idade entre 31 e 39 anos. As mesmas graduadas em Pedagogia, mas só uma possui especialização em Psicopedagogia, e está cursando Mestrado em Docência em Educação Brasileira, as mesmas com experiências que variam entre 10 a 15 anos de magistério.

Para o desenvolvimento da pesquisa primeiramente pedimos a autorização das professoras para que pudéssemos recolher os dados. Buscamos esclarecê-los quanto à natureza da pesquisa. Em seguida foram entregues os questionários e explicado o objetivo do estudo. Por fim foram recolhidos os questionários respondidos para levantamento da pesquisa. Vale ressaltar que os questionários foram entregues as duas professoras no mês de outubro de 2013.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de duas Professoras nomeadas **A** e **B**. Foi solicitado que as professoras respondessem a um questionário com nove questões. O referido instrumento está dividido em partes: Identificação do professor; A concepção das educadoras quanto a importância da Implementação da Lei nº 10.639/03.

Tendo como base as observações pode-se dizer que as aulas iniciam-se às sete horas da manhã, e a professora fica na porta da sala de aula esperando as crianças chegarem para o momento da acolhida. Quando a maioria das crianças já se encontra na sala de aula, a professora as dispõe em uma roda. Nessa roda, ficam sentadas no chão as crianças e a professora. A educadora inicia a aula fazendo uma oração e depois conta uma história, baseada no tema a ser desenvolvido durante a aula.

## 2.5 Recontando os dados da pesquisa a luz da teoria

### 2.5.1 A fala das educadoras e a Lei 10.639/03.

Um dos objetivos dos questionários, foi conhecer a opinião das educadoras sobre a implementação da Lei nº 10.639/03. Assim, a partir dos questionários aplicados buscamos conhecer a percepção das educadoras sobre a temática em análise. Essas informações nos serviram de subsídio para refletir e analisar suas concepções. No que diz respeito à implementação 10.639/03 nas escolas públicas e em especial na Educação Infantil ainda encontramos diversos desafios para sua efetivação. Nessa perspectiva, indagamos como as educadoras trabalham a diversidade racial previsto pela Lei 10.639/03, na Educação Infantil. A **professora A**, destaca que:

E importante trabalhar a diversidade racial de acordo com o que está previsto na lei 10.639/03, porque as crianças estão iniciando a sua vida escolar, por isso faz-se necessário desde cedo abordar a temática, já que moramos em um país formado por essa diversidade e que, portanto temos diversas culturas que merecem ser destacadas não só do ponto de vista cultural, mas também histórico, mostrando para as mesmas as contribuições que deixaram para nós.

Podemos perceber que **professora A**, demonstrou conhecer e trabalhar a Lei nº 10.639/03 de modo que criança compreenda o reconhecimento e a valorização da sua identidade, da cultura e da história dos afro-descendentes na sociedade. Ainda a respeito da questão citada a **professora B**, afirma que:

Sabemos que é importante o trabalho com a diversidade racial de acordo com lei 10.639/03, pois vivemos em um país formado por diferenças de raças e culturas, então o preparo é necessário para que haja, uma boa aceitação.

A professora B, em suas respostas se contradiz no que foi observado, pois na sua fala confirmar que a Lei nº 10.639/03 é importante, porém não possui nenhum conhecimento sobre a referida Lei. Pela observação realizada vimos que a docente só trabalha através de projetos referentes as datas comemorativas e advindos da Secretaria Municipal de Educação. A luz da Lei em especial as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana, temos que:

Os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo mas também à formação para cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática. (BRASIL, 2004, p.10)

Diante de tal citação, é importante trabalhar as questões étnico-raciais, a cultura, os valores de forma que a criança passe a ter um conhecimento mais refinado e aprofundado passando a reconhecer e ao mesmo tempo valorizar e respeitar as pessoas na sua origem com sua cultura e história.

Perguntamos como as **professoras** trabalhavam as relações étnico-raciais na luta contra o preconceito e as discriminações manifestadas entre as pessoas.

A **professora A** manifesta-se da seguinte forma:

Procuro trabalhar essas relações étnico-raciais, mostrando sempre para os alunos o valor que tem cada pessoa, ou seja, seu potencial, suas habilidades é que são importantes, que a cor da pele não é o mais significativo, mostro também que no Brasil não existe uma cor de pele padrão e sim uma mistura de várias etnias.

A professora em sua fala demonstra prazer em trabalhar as relações étnicas com as crianças, refletindo a necessidade dos valores, costumes, como também a cor de pele, mostrando assim a diversidade de raças existentes no Brasil. Assim, como corrobora Cavalleiro, (2007, p.26), “a educação infantil não pode esquivar-se do dever de preparar o indivíduo para a tolerância das diferenças, já que ela, inevitavelmente, permeará a sua relação com os demais cidadãos”.

Logo em seguida a **professora B**, escreve que “O trabalho feito em sala sobre as etnias e raças é para conscientizar os alunos da verdadeira importância do próximo, sem distinção de cor e raça”.

Através da observação percebemos que a educadora se contradiz ao afirmar que o trabalho é feito, pois a mesma afirmou desconhecer o conteúdo proposto pela Lei nº 10.639/03. Tomando por base uma leitura das Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana podemos destacar a citação sobre o papel da escola:

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, á conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimento avançados, indispensável para consolidação e concreto das nações como democráticos e igualitário. [...] e seus professores não podem improvisar. Tem que desfazer mentalmente racista e discriminatória secular, superando o etnocentrismo europeu reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. (BRASIL 2004, p.15)

A escola tem um papel preponderante com relação às questões étnico-raciais. A mesma deve propiciar aos alunas(os) que adentrem um novo universo compreendendo de onde viemos, a onde estamos e quem de fato somos, para que visões distorcidas e atitudes preconceituosas sejam desconstruídas.

Para que isso aconteça é preciso que todos os estudantes sejam contemplados com conteúdos sobre a cultura local para que apropriados de conhecimentos sobre nossas origens possam contribuir para reverter os danos materiais e psicológicos gerados pelo preconceito e discriminação. A escola, enquanto produtora e socializadora de conhecimentos pode e deve oportunizar a(o)s aluna(o)as ampliar seu universo cultural. E a Educação, enquanto um direito social de todas (o)s, através dos sistemas de ensino, não pode mais fugir desta responsabilidade.

Pensando na responsabilidade da educação através do trabalho que a escola e os professores realizam no seu comprometimento com a formação de cidadãos e eliminação das desigualdades, que entendemos ter chegado a hora e o momento de não mais esperarmos que algumas políticas públicas, dentre estas a implementação da Lei 10.639/03 não fiquem só na teoria e/ou nos velhos e utópicos discursos. Como afirma as Diretrizes Curriculares que aborda as questões étnicas:

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer nos discursos, raciocínios, lógicos, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, os negros não atingem mesmos patamares que os não negros. (BRASIL, 2004, p.11, 12)

Diante desta afirmação podemos considerar que é importante que se trabalhe de uma vez por todas a Lei em todos os estabelecimentos educacionais, mas para que isto aconteça faz-se necessário que os professores tenham uma formação continuada para que possam desenvolver os conteúdos de forma, clara e objetiva facilitando a compreensão dos alunos. Neste sentido Pimenta, (2004, p.130) afirma que: [...] “formação continua pressupõe um movimento dialético, de criação constante do conhecimento, do novo, a partir da superação (negação e incorporação) do já conhecido”. Nesta mesma linha de reflexão perguntou-se as professoras se a Lei 10.639/03 estava sendo abordada de forma significativa na escola.

A **professora A** respondeu que:

Não ainda como deveria ser, penso que poderíamos sentar e dá mais ênfase as questões, ou seja, sendo mais explorado quando vivemos situações de preconceitos e quando está próxima da semana da consciência negra.

Como retrata a professora acima, ao afirmar que a escola não esta trabalhando como deviria, pois a mesma não vem mostrando nenhuma importância diante de questões de preconceito discutida em sala de aula, tendo em vista, que as pesquisadas só se manifesta em datas comemorativas como o dia da consciência negra, passando a elaborar projetos para serem desenvolvidos durante a semana. Desta forma podemos dizer que a escola não está contribuindo de forma integral para que estas questões raciais sejam inseridas no contexto escolar e assim possibilitando a desconstrução de atos preconceituosos em sala de aula. Já a **professora B**, afirma: “Acho que sim. Essa lei faz com que os educadores preparem

seus alunos para o contexto escolar, sem discriminação, só precisa ser mais explorado e terá mais resultados”.

Analisando a fala da **professora B**, vemos que a mesma não passa a confiança sobre o que está sendo trabalhado, mesmo sabendo da importância deste conteúdo na escola, na sala de aula, nos espaços de reflexões teóricas, na busca de práticas e fazeres pedagógicos. De modo que, buscado sempre o novo conhecimento o educador se mostra atento a essas questões como elemento de sua formação. Segundo Cavalleiro (2001, p. 180):

[...] um trabalho responsável e conseqüente torna-se fundamental, esmiuçar o fazer pedagógico e os temas, debruçar-se sobre as partes e pensar ações contínuas. Este movimento é a chave para sustentar qualquer pretensão de combater o problema da desigualdade social, melhorar a qualidade de ensino e contribuir com a formação de cidadãos conscientes e críticos.

Ainda nessa linha de pensamento pode-se dizer que é através da ação refletida e planejada que se constrói meios de experimentar possibilidades de mediação dos conhecimentos interessantes a todos, no sentido de contribuir, para a aprendizagem, para o cotidiano social e familiar do educando. Para complementar a citação acima temos as Diretrizes Curriculares que esclarecem:

é importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe as escolas incluir nos contextos dos estudos e atividades, que proporciona diariamente também as contribuições histórico- culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. (BRASIL 2004, p.17)

O texto citado nos ajuda a perceber que não só é dada importância à questão dos afro-descendentes e sim a lei procura englobar as questões dos indígenas e dos povos asiáticos sendo possível chegar à igualdade para todos. De modo que uma discussão diária e efetiva entre escola, família e comunidade, possibilitam assim uma transformação na educação e por consequência também na sociedade.

As respostas acima citadas retratam a necessidade das educadoras em realizar capacitações para lidar com as situações plurais existentes no contexto da

escola. Tendo em vista que a **professora A** não se sente plenamente preparada mesmo tendo participado de cursos de formações, e reivindica por isso, as formações continuadas como um meio para subsidiar o trabalho de amenizar os conflitos de relação e interações entre as crianças.

Diante disso a Resolução nº 1, de 17 de Junho de 2004 em seu art. 2º no § 1º afirma que a educação das relações étnico-raciais tem:

por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto a pluralidade étnico racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização da identidade na busca de consolidação da democracia brasileira. (BRASIL 2004, p.31)

Perguntamos as professoras como é trabalhar os aspectos culturais do educando? Por quê?

**Professora A**, respondeu que:

Sim. Porque à medida que trabalhamos os aspectos que envolvem a cultura de cada educando, estamos valorizando-os e mostrando para todos no contexto geral o quanto é importante conhecer os costumes de cada um.

Analisando a questão quando a **professora A** afirma que trabalha a importância da cultura em sala de aula, sendo necessário ensinar os alunos a respeitarem, valorizar contexto social e cultural de cada indivíduo. A fala da docente, demonstra prazer em trabalhar com as crianças e vincula esse conhecimento de forma que as mesmas aprendam a sua cultura e passem a conhecer seus costumes como também o do outro. Ressalva Gomes (2010, p. 82), refletindo a importância de trabalhar o sujeito e sua cultura.

Portanto, o papel da educação e da escola no desenvolvimento das relações humanas vem-se tornando a cada dia mais importante, pois é no cotidiano escolar que se desenvolvem atitudes refletidas nas diferentes culturas, onde estão incluídas diferenças linguagens, ações, valores e crenças que permeiam todas as relações sociais no seio do processo educativo. É no cotidiano escolar que se pode discutir e criar melhores condições de se relacionar com o outro, aprendendo a conviver, olhando e conhecendo a si próprio e a outros com respeito, e a prática docente tem um papel fundamental nesse processo.

Quanto a análise das respostas dadas pelas professoras podemos dizer que cabe às professoras prepararem-se para lidar com determinadas situações, principalmente com as diferenças que impliquem relações de convivência respeitáveis entre as crianças dentro da escola, o que conseqüentemente irá refletir fora dela, na percepção do outro enquanto sujeito de uma identidade singular dentre as demais.

Do mesmo modo **Professora B**, respondeu que “sim, pois no momento que se trabalha o tema, conseqüentemente haverá algum resultado e a Lei nº 10.639/03 trabalha o lado humano, assim trazendo bons fins a sociedade”.

Perguntamos como agir ao se deparar com atos preconceituosos entre as crianças em sala de aula? Assim **professora A**, diz “Quando essa situação acontece, para o tema que está sendo explorado procura mostrar que somos diferentes, mas que cada pessoa tem qualidades que devem ser consideradas”.

Quanto à mesma pergunta a **professora B**, afirma: “É procurar mostrar o caminho melhor e como devemos agir com as dificuldades, enfatizando que cada um possui a sua maneira de ser e tem as suas próprias qualidades”.

No tocante a esta pergunta em especial podemos observar que as duas respostas são semelhantes sendo que, quando ocorrem situações de preconceito a **professora A**, procura enfatizar a importância do diferente, mostrando as qualidades que cada pessoa tem e as quais devemos respeitar, para que os alunos comecem a desconstruir a idéia sobre as relações étnico-raciais. Nestes termos citamos Gomes (2005, p.54) “O preconceito inclui a relação entre as pessoas e grupos humanos, ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro”.

Para finalizar perguntamos: o que deve ser feito para desconstrução do preconceito e da discriminação racial no âmbito escolar? E que postura/atitudes você acredita que devem ser tomadas pelos educadores?

De acordo com a **professora A**:

Acredito que para desconstruir a questões do preconceito e discriminação racial, deve ser feito um trabalho mais de perto entre escola e comunidade para ver até que ponto as famílias pensam a respeito do tema, de que forma influenciam diante das opiniões dos alunos. E com relação aos educadores essa temática deve ser sempre trabalhada de forma que trate de questões dos valores que cada cultura, dos costumes e que contribuição que cada um deram para a construção do nosso país.

Logo a **professora B** diz que:

Acho que o trabalho na escola é essencial e que as coisas andam caminhando, só precisamos persistir trabalhando com propostas, projetos envolvendo escola e comunidade, assim conscientizando a sociedade.

A **professora B**, demonstra não está satisfeita com o trabalho que está sendo desenvolvido na escola, se posicionando de forma muito subjetiva, mesmo afirmando ser essencial que se trabalhe na escola as questões raciais, como já foi mencionado. Ou seja, durante a observação a professora B afirma que conteúdos relacionados às questões raciais só são desenvolvidos em datas comemorativas.

Diferente da **professora A**, que esta sempre procurando aperfeiçoar seu conhecimento, buscando trabalhar as questões do preconceito em sala de aula tentando envolver a comunidade e a família a respeito do tema e como podem influenciar na opinião dos alunos. Como educadora acredita que a temática deve sempre ser trabalhada de forma contínua enfatizando os valores e costumes de cada um na tentativa de formar cidadãos conscientes sobre o respeito, do reconhecimento em valorização da história, cultura e identidade dos afro-descendentes. Segundo Cavalleiro, (2007, p.13)

Escola e familiar, juntas, representam a possibilidade da transformação do pensamento sobre a realidade social construída sob “ideologias”, como o “mito da democracia racial”. Somente uma discussão profunda dos problemas relacionados ao preconceito e à discriminação pode concorrer para a transformação da sociedade.

Diante desta realidade brasileira, podem-se entender as dificuldades que as educadoras encontram para lidar com as relações étnico-raciais no âmbito escolar. No entanto, o foco do estudo, foi dar visibilidade ao papel das educadoras no que diz respeito a atender a obrigatoriedade da referida Lei. Desta forma, convém enfatizar que os trabalhos e estudos que vem sendo desenvolvidos nesta escola em especial no que diz a temática são resultados apenas de uma professora neste caso refere-se a **professora A**.

### **2.5.2 A efetivação da prática do educador e a Lei 10.639/03**

Dando sequência ao questionário, perguntou-se qual a dificuldade que vem em trabalhar com as questões previstas pela Lei com relação à diversidade racial?

A **professora A**, chamou a atenção ao afirmar que “a escola deveria ter um melhor acervo acerca da temática para ser melhor explorada pelos professores, visando embasar melhor as educadoras”. A **professora B**, destaca que “a maior dificuldade seria na questão de toda a escola se engajar nos projetos sugeridos, se envolvendo mais”.

Se bem analisarmos a maior dificuldade que as educadoras enfrentam é a falta de material, a participação de todos nos projetos ou a falta de interesse por partir da gestão escolar ou até mesmo por parte dos professores ao buscarem saber mais sobre esta temática, sendo esta a dura realidade da maioria dos alunos afro- descendentes que passaram e/ou que estejam adentrando nas salas de aulas, principalmente aqueles alunos de escolas públicas pois percebemos que o contexto de vida de todos é quase sempre o mesmo.

No decorrer das perguntas as educadoras foram questionadas a respeito da metodologia a ser utilizada na sala de aula para trabalhar as questões raciais. E se são disponibilizados materiais pedagógicos para o desenvolvimento deste trabalho. Para a **professora A**, “quando trabalho as questões raciais procuro sempre trazer diversos gêneros textuais que envolvem a temática, além de vídeo e atividades que

tratam a cultura dessa etnia”. Por outro lado, a **professora B**, respondeu “como o trabalho está sendo feito na Educação Infantil procuro facilitar o entendimento, trazendo historias, canções, vídeo, procuro trabalhar com o lúdico, assim fazendo com que os alunos se interessem no assunto proposto”.

Quanto a esta questão pelas respostas das educadoras, vemos que as falas apresentadas por elas, são semelhantes, pois as mesmas procuram relacionar teoria com recursos/ferramentas pedagógicos que facilitem o ensino/aprendizagem dos alunos. Segundo Veiga, (2009, p.58)

Cabe ao professor produzir e orientar atividades didáticas, necessárias para que os alunos desenvolvam seu processo de aprender. O professor ajuda a apreender, a sistematizar os processos de produção e assimilação de conhecimentos para garantir a aprendizagem efetiva. O professor orienta, direciona o processo de ensinar, uma vez que a aprendizagem é orientada pelo ensino.

Podemos analisar que o professor como mediador do conhecimento entre as crianças, não está apto a só ensinar mais sim proporcionar espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano, para que só assim possa orientar o educando de maneira a facilitar o seu entendimento, proporcionando uma melhor assimilação do conhecimento.

Mediante a pergunta acima questionamos se as professoras trabalhavam com o livro didático e como o livro retrata a exclusão dos negros na sociedade.

A **professora A**, disse:

Não. Na sala de educação infantil não trabalhamos com livros didáticos, são elaborados projetos a cada mês para serem desenvolvidas as atividades no que envolver a pesquisa em livros diversos pelo professor, para trabalhar o tema proposto junto aos educandos.

Afirma **professora B** diz: “não. na sala de Educação Infantil não se trabalha com o livro didático e sim com projetos por nós elaborados”. Como podemos

perceber nas respostas dadas pelas professoras é que a Educação Infantil não trabalha com livros e sim com projetos que trazem os conteúdos a serem desenvolvidos em sala de aula.

A partir dos dados coletados, pode-se afirmar que as educadoras reconhecem a importância de trabalharem a Lei e a maneira correta de trabalhar a mesma no intuito de colaborar com o processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos fazendo com que as educadoras passem a reformular suas práticas pedagógicas e a maneira como tem atuado frente à Lei 10.639/03. É de incomensurável relevância essa conscientização para que possamos fazer uma educação promotora do ser humano independentemente dela/e ser preta (o), branca (o), clara (o) e ou escura (o).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preconceito racial ainda é uma das preocupações atuais na realidade educacional do Brasil, pois muitas meninas e meninos negros passam por situações constrangedoras de descasos diante a comunidade escolar de modo a enfrentar maus tratos verbal ou físico dentro da própria pré- escola.

A maior parte dos profissionais da educação ainda não reconhece a reprodução e a produção de atitudes preconceituosas, tomando esse comportamento como normal e natural e acaba se tornando conivente com atitudes preconceituosas. Partindo desta realidade, apontamos para a falta de preparação pedagógica de professores e junto a ela à ausência de práticas educativas que trabalhem com a diversidade. Tendo em vista que, já faz mais de 10 anos da implementação Lei nº 10.639/03 tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana em todo o ensino.

A pesquisa nos possibilitou reflexões a partir dos relatos que as professoras dispuseram-se ao afirmar que conhecem a referida lei e o problema do preconceito racial, percebem as atitudes desrespeitosas dentro e fora das salas de aulas e tentam trabalhar o tema, algumas vezes de forma contínua, e outras momentâneas, ou seja, quando ocorrem as ações na qual possa se trabalhar estas questões. Podemos destacar que uma das professoras enfatiza só mesmo o processo de conscientização através do “discurso”, a outra busca atividades que trabalhem o preconceito a discriminação de forma a introduzir a lúdica com enfoque na boa relação entre as crianças.

Embora essa discussão na área educacional já tenha sido iniciada há vários anos, por meio de inserções de leis e programas consideramos que as escolas ainda não estão aptas ao combate e erradicação de toda forma de preconceito, discriminação e racismo contra negros e afrodescendentes, razão por que questionamos a ausência dessas discussões nos espaços escolares de forma eficaz principalmente na Educação Infantil que se constitui uma base de formação do sujeito.

Constatou-se que o trabalho sobre as questões raciais, embora importante, não é por sua vez suficiente, pois devemos compreendê-lo como fruto de uma produção que sofreu influência ao longo da história e que vem enfrentando dificuldades na busca do reconhecimento e efetivação da Lei Nº 10.639/03.

Desta forma o estudo nos proporcionou como educadores que podemos aprender e compreender, que precisamos desconstruir preconceitos arcaicos e construir o novo, num constante processo de reflexão o qual possibilitará futuras mudanças na sociedade brasileira. E ainda nos preparar para vivenciar as realidades que se apresentam na escola e, acima de tudo, aceitar a diferença entre os educandos que fazem parte do contexto educacional brasileiro.

Neste sentido, a partir destas reflexões espera-se que a educação proporcione abertura de novas ações educacionais que promovam à equidade étnico-racial entre negros e brancos, na constituição de uma cidadania mais justa para todos, tendo em vista que, a escola não deve ser concebida apenas como mediadora de conhecimento, e sim buscar oportunizar, discussões pertinentes desse trabalho podendo contribuir para aprofundar ainda mais as discussões acerca da igualdade racial e sem preconceitos no ambiente educacional como também em toda a sociedade.

Em síntese, acreditamos que não há como proporcionar a aquisição de conhecimentos dentro do processo de ensino e aprendizagem se não houver um conhecimento sobre a relevância das relações étnico-raciais sem conhecer as potencialidades dos educandos, e sem uma reflexão sobre a teoria e prática que instiguem ações norteadoras para uma educação crítica e reflexiva, capaz de quebrar paradigmas ultrapassados nas práticas de ensino. De modo que este estudo nos proporcionou uma aprendizagem significativa sobre a relevância do ensino das relações étnico-raciais para o desenvolvimento integral do educando.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério, da Educação/secretaria da educação continuada, alfabetização e diversidade. **Orientação e ações para a educação das relações das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curricular Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de Historia e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação Anti-Racista: Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.630/03/ Secretaria de Educação**. Brasília, 2005, p. 236.

\_\_\_\_\_. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Pluralidade Cultural, Orientação Sexual**. PCNs. Brasília : MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasilia, 1988.

BRASIL, **Grupo de Trabalho Interministerial** in: Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003; Instituído por meio da Portaria Interministerial MCE/MJ/SEPPIR , FERNANDES, Natal Lânia roque. **Sujeito, saberes e formação docenten**º605 de 20 de maio de 2008.

COSTA, Olga Helena, SANTOS, Anderson Oramísio. **Relação Étnicos- Raciais na Educação Infantil: Implementação da Lei 10.639/2003**. <http://www.palmares.gov.br/wp> Acesso em: 10/05/13.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola/** CAVALLEIRO, Eliane (org.). São Paulo. Selo Negro, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2007, 5.ed. 1ª reimpressão.

FERNANDES, Dorgival Gonçalves: **reflexão sobre as condições de estudos e aprendizagem dos sujeitos em processo de formação**. In: Prática e aprendizagem Docente. Fortaleza: 2007

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessário á prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GOMES, Nilma Lino, **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relação Raciais no Brasil: uma Breve Discussão**. In: Educação anti-racistas: cominhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03 Brasília: 2005.

GOMES, Ana Beatriz Sousa. A escola e a educação das relações interétnicas: reflexões sobre a prática docente. In: CARVALHO. Antonia Dalva França (Org.).

**Conversas Pedagógicas: Reflexões do Cotidiano da Docência.** Teresina: EDUFPI, 2010.

**Lei de Diretrizes e Base Educacionais.** LDB, Darci Ribeiro; Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/lei/L9394.htm>. Acesso em: 05/12/2013.

MARIA, Ângela dos Santos. **Vozes e Silêncio do Cotidiano Escolar:** Analisando das relações raciais entre alunos negros e não em duas escolas públicas do município de Cáceres-MT. Dissertação de mestrado universidade do estado de Matos Grosso. 2005.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como Fazer Pesquisa Qualidade.** 2ª Ed.-Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido. **Por que o estágio para quem já exercer o magistério: uma proposta de formação continua.** In Estágio e docência. 2. Ed- São Paulo: Cortez,2004.

SANTOS, Sales augustos. **A Lei N°10.639/03 como fruto da Luta Anti-Racista do Movimento Negro.** In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n°10.639/03. Brasília: 2005.

SILVA, Claudilene. **O processo de implementação da Lei N°10. 639/03 na rede municipal de ensino de Recife.** In: AGUIAR, Márcia da silva. (org.) ET all. **Educação e Diversidade:** Estudo e Pesquisas Ed, 2009. CAVALLEIRO, Eliane.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Aventura de Forma Professores.** SP: Papiros, 2009.

# APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de Termo Livre de Consentimento para as professoras partícipes da pesquisa

**Universidade Federal de Campina Grande**  
**Centro de Formação de Professores**  
**Unidade Acadêmica de Educação**

Título: A Atuação Docente para a Implementação da Lei nº 10.639/03 e a Busca de uma Educação pela Igualdade

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Eu \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, fui informado (a) que este projeto trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, que tem como objetivo geral: Analisar a atuação das educadoras na implementação da Lei nº 10.639/03 na educação infantil na cidade de Cajazeiras - PB. E como objetivos específicos: Investiga a formação continuada das educadoras sobre a temática étnico-racial; Verificar como os conteúdos étnico-raciais estão sendo trabalhados com as crianças; Identificar as dificuldades enfrentadas estratégicas adotadas pelas docentes para trabalhar com a Lei nº 10.639/03 na educação infantil; Observar as metodologias utilizadas em sala de aula pelas educadoras para trabalhar os conteúdos étnicos raciais. A pesquisa acadêmica pretendida será realizada em um escola pública municipal da cidade Cajazeiras - PB.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa (para as partícipes desta) teve assegurados os meus direitos de obter resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa. Tive assegurado também o direito de retirar o meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, bem como, a não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade e meu anonimato. Os resultados da pesquisa só serão utilizados para fins científicos. Caso deseje, eu posso procurar esclarecimentos junto à pesquisadora. De posse das informações necessárias sobre o projeto de pesquisa, declaro estar ciente do conteúdo deste Termo e desejar participar do projeto/ou autorizar que participe da pesquisa.

Cajazeiras – PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito/ou do responsável:

\_\_\_\_\_

---

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE B – Modelo de Identificação do Professor



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

A ATUAÇÃO DOCENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 E A  
BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO PELA IGUALDADE

**OBJETIVO:** Analisar a atuação das educadoras na Implementação da Lei 10.639/2003 na Educação Infantil na cidade de Cajazeiras - PB

**Mayrla Marla Lima Sarmiento<sup>1</sup>**

**IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR**

1. Idade: \_\_\_\_ anos
2. Sexo: ( ) feminino ( ) masculino
3. Estado civil: ( ) solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) Divorciado(a) ( ) Viúvo(a)
4. Cidade onde mora: \_\_\_\_\_
5. Rede pública  
( ) Sim. ( ) Não Quanto tempo? \_\_\_\_\_
6. Rede privada  
( ) Sim. ( ) Não Quanto tempo? \_\_\_\_\_
7. Rede pública e privada  
( ) Sim. ( ) Não Quanto tempo? \_\_\_\_\_

**Formação acadêmica**

- ( ) Normal Nível Médio
- ( ) Graduada Curso: \_\_\_\_\_

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia , uae/cfp/ufcg, campus de Cajazeiras, PB.  
Email: mayrlamarla@hotmail.com

( ) Especialização Área/Curso: \_\_\_\_\_

( ) Mestre Área/Curso: \_\_\_\_\_

( ) Doutor Área/Curso: \_\_\_\_\_

7. Ano em que concluiu o curso de graduação. \_\_\_\_\_

8. Tipo de instituição em que terminou seu curso de graduação:

( ) Pública ( ) Privada ( ) Outro

9. Nome da(s) instituição escolar em que trabalha:

\_\_\_\_\_

10. Município em que se localiza: \_\_\_\_\_

11. Modalidades de Ensino N° de Alunos

( ) Educação Infantil Pré I ( ) ( )  
Pré II ( ) ( )

12. Disciplina (s) que leciona \_\_\_\_\_

**Tempo de Formação:**

\_\_\_\_\_ anos

**Tempo de atuação profissional**

\_\_\_\_\_ anos

**Aposentado (a)?** ( ) Sim ( ) Não

13. Renda média mensal:

( ) Não quero informar; ( ) Entre 1 e 3 salários mínimos;  
( ) Entre 4 e 6 salários mínimos; ( ) Entre 7 e 9 salários mínimos;  
( ) Mais de 10 salários mínimos

14. Faz curso para se manter atualizado? ( ) Sim ( ) Não

Qual? \_\_\_\_\_

Instituição? \_\_\_\_\_

Quem financiou? \_\_\_\_\_

15. Carga horária semanal:

Turnos em que trabalha? ( ) manhã ( ) tarde ( ) noite

\_\_\_\_\_ hora de aula em outra turmas.

16. O que lhe motivou a trabalhar como professor (a) na educação infantil ?

( ) Acreditar que pode ajudar o aluno a superar as suas dificuldades de aprendizagem no âmbito da escola;

( ) Gosta de ensinar?

( ) Outras. Quais? \_\_\_\_\_

APÊNDICE C - Modelo do Questionario a Concepção das Educadoras na Importancia da Implementação da Lei nº10.639/03



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

A ATUAÇÃO DOCENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 E A  
BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO PELA IGUALDADE

**OBJETIVO:** Analisar a atuação das educadoras na Implementação da Lei 10.639/2003 na Educação Infantil na cidade de Cajazeiras – PB

**Mayrla Marla Lima Sarmento<sup>2</sup>**

**A CONCEPÇÃO DAS EDUCADORAS NA IMPORTANCIA DA  
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº10.639/03**

1. Para você, como é trabalhar a diversidade racial previsto pela lei 10.639/03 Educação Infantil?
2. Como você trabalha as relações étnicas- raciais no luta contra o preconceito e a discriminação manifestados entre as pessoas?
3. Para você a Lei nº10. 639/03 esta sendo abordada de forma significativa na escola?
4. Qual a dificuldade que você ver em trabalhar com as questões previstas pela lei com relação à diversidade racial?
5. Para você, como é trabalhar os aspectos culturas do educando? Por quê?
6. Quais metodologias você utiliza na sala de aula para trabalhar as questões raciais previsto pela lei? São disponibilizados materiais pedagógicos para o desenvolvimento este trabalho?

---

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia , uae/cfp/ufcg, campus de Cajazeiras, PB.  
Email:mayrlamarla@hotmail com

7. Você trabalha com livros didáticos? E como o livro retrata a exclusão dos ne, sociedade?
8. Como você age ao se deparar com atos preconceituosos entre as crianças em sala de aula?
9. Para você o que deve se feito para desconstrução do preconceito e a discriminação racial no âmbito escolar? E que postura/atitudes você acredita que deve se tomadas pelos educadores?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

A ATUAÇÃO DOCENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 E A  
BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO PELA IGUALDADE

**OBJETIVO:** Analisar a atuação das educadoras na Implementação da Lei 10.639/2003 na Educação Infantil na cidade de Cajazeiras – PB

**Mayrla Marla Lima Sarmento<sup>3</sup>**

**ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO**

1. Observar se a Lei 10.639/03 esta sendo trabalhada em sala de aula;
2. Observar se as professoras têm consciência da importância de trabalhar com a diversidade étnico-racial na sala de aula;
3. Saber se as educadoras estão preparadas ou se estão tendo uma preparação para trabalhar com a temática;
4. Observar se as educadoras apresentam interesse na desconstrução da discriminação racial;
5. Observar se as crianças de outras raças recebem o mesmo tratamento com relação aos brancos pelas professoras;
6. Observar o posicionamento das professoras perante atitudes preconceituosas em sala de aula;
7. Observar se as professoras estimulam as crianças a assumirem sua identidade;

---

<sup>3</sup> Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia , uae/cfp/ufcg, campus de Cajazeiras, PB.  
Email:mayrlamarla@hotmail com

8. Observar quais os tipos de metodologias está sendo aplicadas em sala de aula ao trabalhar as questões étnicas raciais.